



PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU
GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA

ANDRÉ RAMOS DE AZEVEDO

**A IMPORTÂNCIA DA ÉTICA NAS ATIVIDADES DO
TÉCNICO JUDICIÁRIO - SEGURANÇA NO ÂMBITO DO
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Rio de Janeiro

2017

ANDRÉ RAMOS DE AZEVEDO

**A IMPORTÂNCIA DA ÉTICA NAS ATIVIDADES DO
TÉCNICO JUDICIÁRIO - SEGURANÇA NO ÂMBITO DO
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Monografia apresentada à Faculdade Unyleya como exigência parcial à obtenção do título de Especialista em Gestão em Segurança Pública.

Nome do Orientador: Professor Marco Antônio dos Santos

Rio de Janeiro

2017

ANDRÉ RAMOS DE AZEVEDO

**A IMPORTÂNCIA DA ÉTICA NAS ATIVIDADES DO TÉCNICO JUDICIÁRIO -
SEGURANÇA NO ÂMBITO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Monografia apresentada à Faculdade Unyleya
como exigência parcial à obtenção do título de
Especialista em Gestão em Segurança Pública.

Aprovado pelos membros da banca examinadora em ____/____/____ com menção
____ (_____)

Banca Examinadora

Rio de Janeiro

2017

Dedico este trabalho a todos os profissionais de segurança institucional do PJU, e em particular aos meus colegas do STJ, companheiros de labuta do dia a dia.

Agradecimentos

Primeiramente a Deus por ter me guiado até aqui.

Aos meus pais Gilson e Anete pela vida, pelos exemplos e apoio incondicional nesta jornada de luta.

Aos meus filhos Andréa, Ian, Pedro Henrique e Rafaela, meus maiores presentes de Deus, pelo amor, inspiração e incentivo em todas as horas.

Ao meu irmão Alexandre pelo apoio e estímulo na realização deste curso de especialização.

Ao meu genro Adriano pelas palavras de incentivo para a conclusão deste TCC.

Aos meus colegas e amigos de trabalho Marlon e Rodrigo pela presença e apoio sempre.

Aos professores do curso que compartilharam seus conhecimentos, e em particular ao orientador deste trabalho de pesquisa científica, Prof. Marco Antônio dos Santos.

Resumo

Este trabalho de pesquisa tem como objetivo demonstrar dentre as atribuições desempenhadas pelo Técnico Judiciário-Segurança do STJ, a importância da ética no comportamento profissional, levando-se em consideração a questão conceitual de ética, as atribuições específicas do cargo, o Código de Conduta do STJ, o conceito de Segurança e seus principais subsistemas diretamente ligados ao nosso estudo, e sobretudo os riscos envolvidos para a Instituição, se esta for negligenciada. A primeira parte é marcada pela abordagem conceitual de ética, particularmente pelo prisma profissional, e a indicação que há elementos da ética profissional que são considerados universais, como honestidade, responsabilidade, competência, etc., mas baseando-se nas diferentes áreas de atuação cada profissão possui as suas particularidades. Na sequência levantamos a Descrição e Especificação do cargo, o código de conduta do STJ, e associamos os aspectos envolvidos nestas atividades com o referido código. E finalmente, demonstramos a relação da importância da ética com as atividades desenvolvidas e os riscos e perigos para a Instituição, se ela vir a faltar.

Palavras-chave: Importância. Ética. Segurança. Institucional. STJ.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	08
1. ÉTICA.....	09
1.1. DEFINIÇÃO.....	09
1.2. CONCEITO.....	09
1.3. ÉTICA PROFISSIONAL.....	12
2. ATRIBUIÇÕES DO TÉCNICO JUDICIÁRIO – SEGURANÇA E O CÓDIGO DE CONDUTA DO STJ.....	14
2.1. DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO CARGO.....	14
2.2. O CÓDIGO DE CONDUTA DO STJ.....	15
2.3. ASPECTOS ENVOLVIDOS NAS ATRIBUIÇÕES DO SERVIDOR DE SEGURANÇA COM O CÓDIGO DE CONDUTA DA INSTITUIÇÃO.....	19
3. A IMPORTÂNCIA DA ÉTICA NAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO TÉCNICO JUDICIÁRIO – SEGURANÇA NO ÂMBITO DO STJ.....	20
3.1. SEGURANÇA.....	20
3.2. A IMPORTÂNCIA DA SEGURANÇA INSTITUCIONAL.....	21
3.3. OS RISCOS E PERIGOS A QUE ESTÃO EXPOSTAS AS INSTITUIÇÕES.....	22
3.4. A IMPORTÂNCIA DA ÉTICA NAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO TÉCNICO JUDICIÁRIO – SEGURANÇA NO ÂMBITO DO STJ.....	22
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	24
REFERÊNCIAS.....	26

Introdução

Quando nos remetemos a tratar num trabalho científico de tema relacionado com nossas atividades profissionais do dia a dia, nos deparamos com a contribuição que o estudo possa vir a trazer para a reflexão tanto dos profissionais da área em discussão, no caso sobre a importância do comportamento ético do profissional de segurança institucional do STJ, Técnico Judiciário- Segurança, bem como do suporte para a análise e avaliação por parte da administração em relação à importância destas atividades para a comunidade institucional como um todo.

Procuramos sem ter a pretensão de esgotar o assunto, num momento bastante oportuno diante da crise ética que constatamos em nossa sociedade, demonstrar através do aspecto conceitual de ética, das atribuições destes profissionais de segurança institucional, e do código de conduta do STJ, a relação da importância da ética nestas atividades, e os riscos envolvidos para a instituição, se ela for negligenciada.

Em se tratando de pesquisa na área educacional, buscamos através da metodologia de pesquisa bibliográfica e documental, quanto aos procedimentos de coleta, exploratória, segundo os objetivos, bibliográfica, também em relação às fontes de informação, e qualitativa, segundo a natureza dos dados pesquisados, pela maior liberdade teórico- metodológica para realizar o estudo, atender as indagações propostas neste trabalho acadêmico.

Capítulo I

ÉTICA

1.1-Definição

Ética é uma das palavras-chave para o desenvolvimento do tema deste trabalho de pesquisa, e sua definição é de fundamental importância para o desencadeamento das ideias iniciais.

De acordo com Aurélio (1999), “Estudo dos juízos de apreciação referentes à conduta humana suscetível de qualificação do ponto de vista do bem e do mal, seja relativamente a determinada sociedade, seja de modo absoluto”.

1.2- Conceito

Dando continuidade a esta abordagem inicial, pelo aspecto conceitual, é o conjunto de normas éticas formadoras da consciência e representam imperativos de sua conduta. Possui a palavra grega *éthos* como origem, que significa propriedade do caráter. Sendo assim, ser ético é agir em conformidade com os padrões convencionais, proceder bem e não prejudicar ao próximo. Ser ético é cumprir os valores estabelecidos pela sociedade em que se vive.

Pela visão filosófica, ética faz parte de uma das três grandes áreas da filosofia, mais especificamente, é o estudo da ação – práxis. As outras duas grandes áreas, o estudo do conhecimento – como a ciência e a lógica, e do estudo do valor – podendo ser artístico, moral ou científico. O estudo da ação engloba a totalidade do saber e da cultura humana, estando presente no cotidiano de todos nós em todos os momentos, seja nas decisões familiares, políticas, ou mesmo no trabalho.

Sendo impulsionado pelo aumento da filosofia fora dos limites da antiga Grécia, o conceito de *éthos* se espalhou pelas diversas civilizações que tiveram contato com esta cultura. A contribuição mais relevante se deu com os filósofos latinos. Em Roma o termo grego foi traduzido como *mor*-*morus*, que significava costume mor ou costume superior, sendo traduzida posteriormente para o português como moral.

No decorrer da história do pensamento, a ética tornou-se cada vez mais um assunto abrangente, complexo e rico. Com a já citada expansão da filosofia e em especial o estudo sobre a ação, fez-se necessário a distinção dos termos ética e moral. Já no século XX o filósofo espanhol Adolfo Sánchez Vásquez, cria uma famosa diferenciação entre os dois conceitos. Para ele moral refere-se a uma reflexão que a pessoa faz de sua própria ação, já o termo ética engloba o estudo dos discursos morais, bem como os critérios de escolha para valorizar e padronizar as condutas numa sociedade. Podemos avaliar a melhor maneira de agir de diferentes pontos de vistas, completamente diversos. Marxistas, liberais, mulçumanos, psicanalistas, jornalistas e políticos agem e valoram as ações de maneira diferente. Porém todos eles lutam pela definição mais legítima de uma “boa ação” ou da “ação correta”. Sem a pretensão de impor uma definição rígida e única da mesma, pode-se destacar alguns importantes pensadores e suas opiniões.

Aristóteles (384 a.C. – 322 a.C.) “Ética a Nicomacos”

A excelência moral se relaciona com as emoções e ações, e somente as emoções e ações voluntárias são louvadas e censuradas, enquanto as involuntárias são perdoadas, e às vezes inspiram piedade; logo, a distinção entre o voluntário e o involuntário parece necessária aos estudiosos da natureza da excelência moral, e será útil também aos legisladores com vistas à atribuição de honrarias e à aplicação de punições. (...)

Mas há algumas dúvidas quanto às ações praticadas em consequência do medo de males maiores com vistas a algum objetivo elevado (por exemplo, um tirano que tendo em seu poder os pais e filhos de uma pessoa, desse uma ordem ignóbil a esta, tendo em vista que o não cumprimento acarretasse na morte dos reféns); é discutível se tais ações são involuntárias ou voluntárias. (...) Tais ações, então, são mistas, mas se assemelham mais às voluntárias, pois são objeto de escolha no momento de serem praticadas, e a finalidade de uma ação varia de acordo com a oportunidade, de tal forma que as palavras “voluntário” e “involuntário” devem ser usadas com referência ao momento da ação; com efeito, nos atos em questão as pessoas agem voluntariamente, portanto são voluntárias, embora talvez sejam involuntárias de maneira geral, pois ninguém escolheria qualquer destes atos por si mesmos.

Immanuel Kant (1724-1804) “Fundamentação da Metafísica dos Costumes”

Neste mundo, e se houver um fora dele, nada é possível pensar eu que possa ser considerado como bom sem limitação, a não ser uma só coisa: uma boa vontade. Discernimento, argúcia de espírito, capacidade de julgar, e como quer que possam chamar-se os demais talentos do espírito, ou ainda coragem, decisão constância de propósito, como qualidades do temperamento, são sem dúvida, a muitos respeito, coisas boas e desejáveis; mas também podem tornar-se extremamente más e prejudiciais se a vontade, que haja de fazer uso destes dons naturais, constituintes do caráter, não for boa.

(...)

Na constituição natural de um ser organizado para a vida, admitimos, por princípio, que nele não haja nenhum órgão destinado à realização de um fim que não seja o mais adequado e adaptado a este fim. Ora, se num ser dotado de razão e de vontade a natureza tivesse por finalidade última sua conservação, seu bem-estar ou, em uma palavra, sua felicidade, ela teria se equivocado ao escolher a razão para alcançá-la. Isto porque, todas as ações que este ser deverá realizar nesse sentido, bem como a regra completa de sua conduta, ser-lhe-iam indicadas com muito maior precisão pelo instinto.

(...)

Uma vez que despojei a vontade de todos os estímulos que lhe poderiam advir da obediência a qualquer lei, nada mais resta do que a conformidade a uma lei universal das ações em geral que possam servir de único princípio à vontade, isto é: devo proceder sempre da mesma maneira que eu possa querer também que a minha máxima se torne uma lei universal. Aqui é pois a simples conformidade a lei em geral, o que serve de princípio à vontade, o também o que tem de lhe servir de princípio, para que o dever não seja por toda parte uma vã ilusão e um conceito quimérico.; e com isto está perfeitamente de acordo com a comum ação humana nos seus juízos práticos e também sempre diante dos olhos este princípio.

Augusto Comte (1798-1875) “Catecismo Positivista”

Sacerdote: – É verdade que o positivismo não reconhece a ninguém outro direito senão o de sempre cumprir seu dever. Em termos mais corretos, nossa religião (positivista) impõe a todos a obrigação de ajudar cada um a preencher sua própria função. A noção de direito deve desaparecer do campo político, como a noção de causa do campo filosófico. Porque ambas se reportam a vontades indiscutíveis. Assim, quaisquer direitos supõem necessariamente uma fonte sobrenatural, única que pode subtraí-los à discussão humana. (...) O positivismo não

admite nunca senão deveres de todos em relação a todos. Porque seu ponto de vista sempre social não pode comportar nenhuma noção de direito, constantemente fundada na individualidade. Em que fundamento humano deveria, pois, se assentar a idéia de direito, que suporia racionalmente uma eficácia prévia? Quaisquer que sejam nossos esforços, a mais longa vida bem empregada não nos permitirá nunca devolver senão uma porção imperceptível do que recebemos. Não seria senão, contudo, só depois de uma restituição completa que estaríamos dignamente autorizados a reclamar a reciprocidade de novos serviços. Todo direito humano é, pois, tão absurdo quanto imoral. Posto que não há mais direitos divinos, esta noção deve se apagar completamente, como puramente relativa ao regime preliminar, e diretamente incompatível com o estado final, que só admite deveres segundo as funções.

1.3- Ética Profissional

Ao finalizarmos este capítulo, abordaremos a ética profissional, desta forma, podemos dizer que, observando-se pelo prisma profissional, o indivíduo ético é aquele que cumpre com todas atividades de sua profissão, seguindo os princípios determinados pela sociedade e pelo grupo de trabalho. Baseando-se nas diferentes áreas de atuação, cada profissão possui o seu próprio código de ética, no entanto há elementos da ética profissional que são considerados universais, sendo aplicáveis a qualquer atividade profissional, como honestidade, responsabilidade, competência, etc.

Segundo Lopes de Sá (2001), o conceito de profissão, na atualidade, significa “trabalho que se pratica com habitualidade a serviço de terceiros, ou seja, prática constante de um ofício”.

Conforme Oliveira (2012):

A ética é indispensável ao profissional, porque a ação humana “o fazer” e “o agir” estão interligados. O fazer diz respeito à competência, à eficiência que todo profissional deve possuir para exercer bem a sua profissão. O agir se refere à conduta do profissional, ao conjunto de atitudes que deve assumir no desempenho de sua profissão.

Oliveira (2012), preconiza também que:

Competência técnica, aprimoramento constante, respeito às pessoas, confidencialidade, privacidade, tolerância, flexibilidade, fidelidade, envolvimento, afetividade, correção de conduta, boas maneiras, relações interpessoais verdadeiras, responsabilidade, confiança e outros formam composições para um comportamento profissional eticamente adequado.

Capítulo II

ATRIBUIÇÕES DO TÉCNICO JUDICIÁRIO-SEGURANÇA E O CÓDIGO DE CONDUTA DO STJ

2.1- Descrição e Especificação do Cargo

De acordo com a DEC (Descrição e Especificação do cargo) de Técnico Judiciário, Área administrativa- Segurança do STJ, atualizada pela Portaria n. 97 de 06/04/2009, a descrição sumária do cargo é “Executar tarefas relacionadas à segurança pessoal dos magistrados, autoridades, servidores e demais pessoas nas dependências do STJ, à segurança patrimonial e das comunicações, bem como à condução de veículos automotores, entre outras.”

A descrição específica na referida portaria, dispõe:

Atuar na segurança pessoal dos ministros em âmbito interno e externo ao STJ; atender ao público interno e externo dentro de sua área de atuação; atuar na segurança física e patrimonial das instalações; executar atividades relacionadas à segurança da informação e das comunicações; executar ações de prevenção e combate a incêndio e outros sinistros; fiscalizar a circulação de pessoas nas diversas dependências do STJ; zelar pela guarda dos equipamentos ou materiais utilizados em rotina e plantões; vistoriar as instalações internas e externas do STJ; fiscalizar a saída de materiais, equipamentos e volumes das dependências do STJ; verificar a permanência dos vigilantes nos postos de serviço, prestando o apoio necessário; operar equipamentos específicos de supervisão e controle de acesso nas dependências do STJ; providenciar o credenciamento dos visitantes e encaminhá-los aos setores desejados; operar equipamentos de informática relacionados aos sistemas de segurança; dirigir veículos automotores, em atividades relacionadas a segurança; vistoriar veículo para certificar-se de suas condições de tráfego; informar ao setor de mecânica problemas detectados no veículo; registrar a movimentação e o recolhimento dos veículos, tendo em vista o controle de sua utilização e localização; prestar primeiros socorros às vítimas de sinistros e outras situações de risco; auxiliar no acompanhamento e na avaliação de planos, programas e projetos relativos à área de segurança; redigir documentos; auxiliar na realização de estudos e pesquisas visando ao aprimoramento de atividade de segurança do Tribunal; executar outras tarefas da mesma natureza e grau de complexidade.

Em relação à complexidade das tarefas realizadas, a mesma portaria dispõe que “o cargo é constituído de tarefas pouco rotineiras, podendo apresentar situações novas, exigindo planejamento de ações”.

Na especificação, são citados entre os requisitos mentais,

A escolaridade de nível médio completo; conhecimentos específicos: a habilidade em conduzir veículos automotores, exigindo a CNH na categoria “D”; aptidões: raciocínio espacial e abstrato, habilidade verbal, memória visual e auditiva, rapidez e exatidão, e atenção concentrada.

Podemos verificar ainda que, sobre o requisito físico, dispõe que “ esforço físico moderado a intenso (maior tempo em pé), concentração visual, coordenação visomotora moderada a intensa e destreza manual/digital”.

Finalizando, sobre as responsabilidades, “Segurança de magistrados e servidores, pela segurança patrimonial e de instalações, pelo uso adequado de veículos no desempenho das tarefas”.

2.2- O Código de Conduta do STJ

O Código de Conduta do STJ instituído pela resolução n. 8 de 13/11/2009, tem em sua apresentação a seguinte mensagem:

Nossa reputação e nossa credibilidade são os ativos mais importantes de que dispomos. Os princípios que orientam nossa atuação contribuem para a formação da imagem que queremos construir. Condutas que refletem integridade, transparência, respeito e honestidade têm influência na confiança que os outros depositam em nós. O Código de Conduta do Superior Tribunal de Justiça resulta no compromisso de cada um em fazer a sua parte. Entenda o Código. Cumpra-o! E quando fizer suas escolhas ou sempre que decidir, pergunte-se: É ético? É legal? Está de acordo com o que preceitua o Código? Se a resposta for “Não”, então desista e peça orientação. CÓDIGO DE CONDUTA... É bom para nós... É bom para o STJ.

Dispõe sobre a missão, visão, e relaciona como valores do STJ, “Autodesenvolvimento, comprometimento, cooperação, ética, inovação, orgulho institucional, presteza, transparência”.

A finalidade do Código está disposta na resolução em seu art. 1º:

Art. 1º. Instituir o Código de Conduta do Superior Tribunal de Justiça, com as seguintes finalidades:

I- tornar claras as regras de conduta dos servidores e gestores do Tribunal;

II- assegurar que as ações institucionais empreendidas por gestores e servidores do Tribunal preservem a missão deste e que atos, dela decorrentes, reflitam probidade e conduta ética;

III- conferir coerência e convergência às políticas, diretrizes e procedimentos internos do Tribunal;

IV- oferecer um conjunto de atitudes que orientem o comportamento e as decisões institucionais.

Dispõe a quem se destina:

Art. 2º. O Código de Conduta do Superior Tribunal de Justiça aplicar-se-á a todos os servidores e gestores do Tribunal que deverão observá-lo e firmar Termo de Compromisso declarando ciência e adesão. Parágrafo único: Cabe aos gestores, em todos os níveis, aplicar e garantir que seus subordinados- servidores, estagiários e prestadores de serviço- apliquem os preceitos estabelecidos neste Código, como um exemplo de conduta a ser seguido por todos.

Art.3º. O Código de conduta do Superior Tribunal de Justiça integrará todos os contratos de estágio e de prestação de serviços de forma a assegurar o alinhamento entre todos os colaboradores do Tribunal.

Sobre a forma de conduta preceitua no art. 4ºque, “A conduta dos destinatários deste Código deverá ser pautada pela integridade, pela lisura, pela transparência, pelo respeito e pela moralidade”.

E mais ainda sobre a conduta,

Art. 5º. O Superior Tribunal de Justiça não será tolerante com atitudes discriminatórias ou preconceituosas de qualquer natureza relativamente à etnia, sexo, religião, estado civil, orientação sexual, faixa etária ou condição física especial, nem com atos que caracterizem proselitismo partidário, intimidação, hostilidade ou ameaça, humilhações por qualquer motivação, assédio moral e sexual.

Em relação ao aspecto de conflito de interesses temos no art. 6º, “Gestores ou servidores não poderão participar de atos ou circunstâncias que se contraponham ao interesse do Tribunal ou possam lhe causar dano ou prejuízo”.

Da mesma forma o art. 7º prevê, “Recursos, espaço e imagem do Tribunal não poderão, sob qualquer hipótese, ser usados para atender a interesses pessoais, políticos ou partidários”.

Sobre o sigilo das informações, encontramos no art. 8º, "O servidor ou gestor que, por força de seu cargo ou de suas responsabilidades, tenha acesso a informações do Tribunal ainda não divulgadas publicamente, deverá manter sigilo sobre seu conteúdo".

A questão do recebimento de brindes e presentes está prevista no art.9º:

Art. 9º. Ao servidor ou gestor do Tribunal é vedado aceitar presentes, privilégios, empréstimos, doações, serviços ou qualquer outra forma de benefício, em seu nome ou de seus familiares, quando originários de partes, ou dos respectivos advogados e estagiários, bem como de terceiros que sejam ou pretendam ser fornecedores de produtos ou serviços para o Tribunal. Parágrafo único: Não se consideram presentes, para fins deste artigo, os brindes sem valor comercial ou aqueles distribuídos por entidades de qualquer natureza, a título de cortesia, propaganda ou divulgação, por ocasião de eventos especiais ou datas comemorativas.

A respeito do patrimônio tangível e intangível estabelece no art.10 que, "É de responsabilidade dos destinatários deste Código, zelar pela integridade dos bens do Tribunal, tangíveis e intangíveis, inclusive sua reputação, propriedade intelectual e informações confidenciais, estratégicas ou sensíveis".

Também merece atenção no Código o uso de sistemas eletrônicos, que no art. 11 determina:

Art.11. Os recursos de comunicação e tecnologia da informação disponíveis no Tribunal devem ser utilizados com a estrita observância dos normativos internos vigentes, notadamente no que tange à utilização e à proteção das senhas de acesso. É vedada, ainda, a utilização de sistemas e ferramentas de comunicação para a prática de atos ilegais ou impróprios, para obtenção de vantagem pessoal, para acessar ou divulgar conteúdo ofensivo ou imoral, para interferir em sistemas de terceiros e para participar de discussões virtuais acerca de assuntos não relacionados aos interesses do Tribunal.

No art.12 está previsto sobre a comunicação que: "A comunicação entre os destinatários deste Código ou entre estes e os órgãos governamentais, clientes, fornecedores e sociedade deve se dar de forma indiscutivelmente clara, simples, objetiva e acessível a todos os legitimamente interessados".

A publicidade de atos e disponibilidade de informações tem atenção do Código no art.13, que prevê:

Art. 13. É obrigatório aos servidores e gestores do Tribunal garantir a publicidade de seus atos e a disponibilidade de informações corretas e atualizadas que permitam o conhecimento dos aspectos relevantes da atividade sob sua responsabilidade, bem como assegurar que a divulgação das informações aconteça no menor prazo e pelos meios mais rápidos.

O tema imprensa está citado no Código no art. 14, “Os contatos com órgãos de imprensa serão providos, exclusivamente pelos porta-vozes autorizados pelo Tribunal”.

Sobre os investimentos, de acordo com o art.15, “Os investimentos de qualquer natureza, inclusive aqueles destinados à capacitação de servidores e gestores devem ser, necessariamente, orientadas pelas reais demandas do Tribunal”.

Conforme o art. 16, contratos, convênios ou acordos de cooperação é tema com a seguinte abordagem no código: “Os contratos, convênios ou acordos de cooperação nos quais o Superior Tribunal de Justiça tome parte devem ser escritos de forma clara, com informações precisas, sem que haja possibilidade de interpretações ambíguas por qualquer das partes interessadas”.

Temas como falhas e responsabilidade socioambiental estão dispostos nos artigos 17 e 18, respectivamente:

Art. 17. Eventuais erros cometidos por servidores ou gestores do Tribunal deverão receber orientação construtiva, mas falhas resultantes de desídia, má fé, negligência ou desinteresse que exponham o tribunal a riscos legais ou imagem, serão tratadas com rigorosa correção.

Art. 18. O Superior Tribunal de Justiça exige de seus servidores, no exercício de seus misteres, a responsabilidade social e ambiental; no primeiro caso, privilegiando a adoção de práticas que combatam o desperdício de recursos naturais e evitem danos ao meio-ambiente.

Os artigos 19 e 20 dispõem sobre a gestão do mesmo:

Art.19. Fica instituído o Comitê Gestor do Código de Conduta que deverá, entre outras atribuições, zelar pelo seu cumprimento.

Art.20. As atribuições do Comitê Gestor do Código de Conduta bem como a designação de seus integrantes será formalizada por ato do Presidente do Tribunal.

O referido Código é finalizado em seu art.21, "Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação".

2.3- Aspectos envolvidos nas Atribuições do Servidor de Segurança com o Código de Conduta do Tribunal

Para concluirmos este capítulo, podemos dizer que, diante do levantamento das atribuições do servidor de segurança institucional do STJ, e das condutas exigidas pelo Código de Conduta da Corte, além de cumpri-lo como todo servidor, participa no exercício de suas atividades como colaborador da administração no que lhe cabe, para que o referido código seja cumprido por todo o universo institucional, desta forma, é indubitável a importância da postura ética destes profissionais para o bom funcionamento do Órgão, e como servidor que lida diretamente com o público externo, é também fundamental para a imagem que se pretende alcançar perante a sociedade como "Tribunal da Cidadania", pois podemos considerá-los os "cartões de visita" da Instituição.

Capítulo III

A IMPORTÂNCIA DA ÉTICA NAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO TÉCNICO JUDICIÁRIO-SEGURANÇA NO ÂMBITO DO STJ

3.1- Segurança

Para a familiarização com a área de estudo objeto deste trabalho de pesquisa, necessitamos de alguns conceitos básicos. Vamos a eles.

A definição de segurança de acordo com Aurélio (1999), “Condição daquele que está livre de exposição do perigo; ato ou efeito de segurar; estado, qualidade ou condições de seguro; condição daquele ou daquilo em que se pode confiar; garantir um meio de proteção”.

Jules Henri Fayol, um dos criadores da Teoria Clássica da Administração, conceituou o tema através da sua obra Teoria Anatomista e fisiologista da Administração (1906), “A função segurança tem missão de proteger os bens e as pessoas contra o roubo, o incêndio, a inundação, evitar as greves, os atentados e, em geral, todos os obstáculos de ordem social que possam comprometer o progresso e mesmo a vida da empresa...”

Modernamente, segundo Bazote (2016), temos o seguinte conceito de Segurança, “É a percepção que se tem quando do emprego de recursos humanos e tecnológicos, capacitados e específicos, agregando ainda o estabelecimento de normas e procedimentos a fim de proporcionar um estado de ausência de risco”.

Os conceitos dos subsistemas de Segurança diretamente ligados ao nosso estudo, conforme a literatura relacionada são:

A Segurança Pessoal, “É um conjunto de ações preventivas adotadas com vistas a assegurar a integridade física, mental ou moral de si ou de outrem”.

A Segurança Física de Instalações, “É o conjunto de medidas e atividades empregadas por intermédio de um planejamento prévio e constante fiscalização, com a finalidade de se dotar uma instalação com nível de segurança adequado e necessário”.

A Segurança Patrimonial, “É o conjunto de Medidas, capazes de gerar um estado, no qual os interesses vitais de uma organização estejam livres de danos, interferências e perturbações”.

Os danos geralmente estão relacionados a perdas materiais, com furtos, roubos, acidentes, incêndios e outras ocorrências capazes de causar prejuízo material.

As interferências, em regra, estão relacionadas a atos de espionagem, sabotagem, furto de informações, ou seja, atos capazes de interferir na rotina da organização, causando-lhe prejuízos.

As perturbações estão sempre relacionadas com aquelas situações que alteram, ameaçam ou interrompem as atividades normais da instituição, como greves, paralisações, alcoolismo e drogas no ambiente de trabalho, entre outros eventos.

As tarefas mais comuns de um processo de segurança patrimonial são: controle de acesso (pedestres, fornecedores e veículos, etc.); controle de materiais e estoque; prevenção de furtos e roubos; vigilância ostensiva.

3.2- A Importância da Segurança Institucional

Devemos dizer, inicialmente, sobre a importância da segurança, que infelizmente, vivemos numa sociedade cada vez mais violenta. Desta forma, a Segurança Institucional assume papel primordial.

A Segurança Institucional tem por objetivo promover a proteção pessoal, de bens e instalações destas, com atuação preventiva e/ou reativa, assegurando através de suas técnicas, seus conhecimentos e sistemas os meios protetivos a continuidade das suas atividades.

Uma das grandes dificuldades enfrentadas por profissionais de Segurança em todo o mundo, dá-se ao fato de ter que convencer os dirigentes das instituições de que empregar dinheiro em Segurança se constitui em investimento e não num gasto.

Para que isso ocorra, devemos fazer um demonstrativo aos dirigentes dos inúmeros benefícios que a Instituição é capaz de gerar a sociedade e, ao mesmo tempo, os inúmeros riscos a que ela está exposta.

A Instituição, capaz de gerar tantos benefícios à sociedade e ao país, está, ao mesmo tempo, exposta a inúmeros riscos e perigos, que, se não forem previstos, evitados ou

administrados com eficiência, podem causar sérios prejuízos à mesma. E que numa análise atenta de custo/benefício, é muito importante o investimento na Segurança.

3.3- Os Riscos e Perigos a que estão expostas as Instituições

De uma forma geral, podemos dizer que uma Instituição está exposta, entre outros, aos seguintes riscos e perigos: incêndios, capazes de causar desde riscos materiais consideráveis até a destruição completa das instalações, podendo ocorrer, ainda perda de vidas humanas; furtos, internos ou externos; assaltos, que podem inclusive por em risco a vida de servidores e outros (inclusive pela existência de agências bancárias nos Órgãos); atos de espionagem, que podem por a perder anos de trabalho e investimentos; penetração não autorizada em sistemas informatizados, provocando danos ou praticando fraudes; atos de terrorismo; sabotagem e chantagem; greves violentas e paralisações provocadas intencionalmente; alcoolismo e drogas no ambiente de trabalho, prejudicando a produção e ensejando a prática de crimes; epidemias e contaminações coletivas; acidentes, explosões e desabamentos; seqüestros de autoridades, etc.

3.4- A Importância da Ética nas Atividades desenvolvidas pelo Técnico Judiciário- Segurança no Âmbito do STJ

Para encerrarmos este capítulo, podemos dizer, então, que a importância da ética nas atividades do servidor de segurança no âmbito do Tribunal, após abordarmos o conceito de ética, particularmente pelo prisma profissional, as atribuições do cargo e o código de conduta da Instituição, o conceito de segurança e seus principais subsistemas ligados diretamente ao nosso estudo, e sobretudo os riscos e perigos aos quais a Instituição está exposta, diz respeito ao fato que, é requisito básico para este profissional ser ético, pois concluímos que o termo segurança está intrinsecamente ligado ao conceito de ética, e que o mesmo deve ter a consciência da importância de suas atividades para o bom funcionamento da Instituição, bem como através de uma conduta ética profissional adequada, seja no que se refere ao “fazer”, à qualificação técnica, à eficiência na realização de suas tarefas, ao aprimoramento constante (que é o nosso caso através deste curso de especialização), ou através do “agir” observando os princípios éticos da responsabilidade, honestidade, lealdade, integridade, meritocracia, humildade, comprometimento, controle emocional, dedicação, iniciativa, agilidade,

assiduidade, vocação, coragem, flexibilidade, bom nível cultural e intelectual, boa apresentação pessoal, confiabilidade, discrição, capacidade de observação, memorização e descrição, direção de veículos oficiais com ética, cuidados com o condicionamento físico que as tarefas profissionais exigem, etc., tão importantes, para dar a sua contribuição a todo o universo organizacional, não podendo negligenciar na sua missão de segurança (ética), e desta forma estar preservando a imagem da Instituição junto ao público externo, que tem contato diretamente em suas atividades (por isso a expressão “ cartão de visitas” do Tribunal) e obrigatoriamente no desempenho laboral diário, diminuindo a vulnerabilidade da Instituição em relação a “riscos e perigos” aos quais está sujeita, de acordo com o exposto anteriormente.

Considerações Finais

Conclui-se que a importância do comportamento ético profissional na área de segurança institucional do STJ, é inquestionável, após a abordagem neste trabalho de pesquisa acadêmico, do conceito de ética, particularmente pelo prisma profissional, das atribuições do cargo, do Código de Conduta da Instituição, do conceito de Segurança e seus principais subsistemas, e sobretudo dos riscos e perigos aos quais a Instituição está exposta.

Como pôde-se observar, através do conceito de ética, para ser ético há a necessidade de agir em conformidade com os padrões convencionais, proceder bem e não prejudicar ao próximo. Da mesma forma, pelo prisma profissional, o indivíduo ético é aquele que cumpre com todas atividades de sua profissão, seguindo os princípios determinados pela sociedade e pelo grupo de trabalho.

Conforme podemos verificar, segundo Oliveira:

A ética é indispensável ao profissional, porque a ação humana “o fazer” e o “agir” estão interligados. O fazer diz respeito à competência, à eficiência que todo profissional deve possuir para exercer bem a sua profissão. O agir se refere à conduta do profissional, ao conjunto de atitudes que deve assumir no desempenho de sua profissão.

Verificamos ainda que para o mesmo autor, para um comportamento profissional eticamente adequado é necessário, competência técnica, aprimoramento constante, responsabilidade, respeito às pessoas, confidencialidade, fidelidade, correção de conduta, relações pessoais verdadeiras, confiança, etc.

Constatou-se mais que diante do levantamento das atribuições do servidor de segurança institucional do STJ, e das condutas exigidas pelo Código de Conduta da Corte, pode-se dizer que além de cumpri-lo como todo servidor, participa no exercício de suas atividades como colaborador da administração no que lhe cabe, para que o mesmo seja cumprido por todo o universo institucional, desta forma, é indubitável a importância de sua postura profissional ética adequada para o bom funcionamento do Órgão, e como servidor que lida diretamente com o público externo, é também fundamental para a imagem que se pretende alcançar perante a sociedade como “Tribunal da Cidadania”, pois podemos considerá-los os “cartões de visita” da Instituição.

Com a citada definição de segurança de acordo com Aurélio, “Condição daquele que está livre de exposição do perigo; ato ou efeito de segurar; estado, qualidade ou condições de seguro; condição daquele ou daquilo em que se pode confiar; garantir um meio de proteção”. E considerando os conceitos de ética, particularmente o de ética profissional, pode-se dizer que o termo segurança está intrinsecamente ligado ao conceito de ética, pois não há na acepção da palavra, “segurança sem ética”.

Deve haver por parte destes profissionais a conscientização dos riscos e perigos aos quais a instituição está exposta, dos atributos que devem possuir para o exercício de suas atividades, bem como da postura profissional eticamente adequada na realização das mesmas, não podendo negligenciar no cumprimento de sua missão de segurança (ética), para o bem da Instituição como um todo.

Diante de tudo que foi exposto até aqui neste trabalho de pesquisa acadêmico, parecem-nos um equívoco e devemos alertar, que como profissionais da área, vemos com profunda preocupação o fato de sermos o único Tribunal no país em que a Administração declarou o cargo em processo de extinção (através da portaria STJ n.9 de 14 de janeiro de 2014), cargo este que pela natureza das funções, acreditamos de tanta importância estratégica para a Instituição, e que corremos o risco de estar “entregando à raposa, a responsabilidade de tomar conta do galinheiro”, com a terceirização destes serviços, sem o vínculo que acreditamos ideal, diante da aposentadoria dos servidores de carreira, e a não reposição pela extinção citada.

Por fim, podemos dizer que o autor, sem a pretensão de esgotar o assunto, conseguiu que todos os objetivos propostos para a resolução do problema deste trabalho de pesquisa científica fossem alcançados, e que estes aspectos abordados (como outros) deste problema deverão ser abordados quando convier à comunidade intelectual.

Referências

- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Col. Os Pensadores. São Paulo: ed. Abril Cultural, 1973.
- BAZOTE, Mirian. **Introdução ao Estudo da Segurança Privada**. Mirian Bazote. 2016.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.
- Código de Conduta do STJ, Instituído pela Resolução n.8 de 13 de novembro de 2009.
- DURKHEIM, E. **Sociologia, Educação e Moral**. Porto. Rés, 1984.
- DIEHL, Astor Antonio; TATIM, DENISE CARVALHO. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.
- Descrição e Especificação de Cargos (DEC), Técnico Judiciário-Segurança, Atualizada pela Portaria n.97 de 06 de abril de 2009.
- DUMONT, WILL. **Os Grandes Pensadores**. 7ª. Ed traduzida de Monteiro Lobato. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- _____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 3.ed.rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2003.
- OLIVEIRA, Antônio Roberto. **Ética Profissional**. Distrito Federal. Ministério da Educação, 2012.
- NOVAES, Adauto. **Ética**. São Paulo. Companhia das Letras, 1992.
- SÁ, Antônio Lopes de. **Ética Profissional**. São Paulo: Atlas, 2007.
- TUGENDHAT, Ernst. **Lições sobre Ética**. Petrópolis. Vozes, 1997.
- VALLS, Álvaro. **O que é a Ética**. SP. Brasiliense, 1998.